

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 10 de junho de 2019 às 07h53
Seleção de Notícias

Folha de S. Paulo | BR

Marco regulatório | Anvisa

Maconha com ciência	3
OPINIÃO	

CenárioMT online | MT

09 de junho de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Selma faz audiência pública sobre fracionamento obrigatório de medicamentos	4
CENÁRIO POLÍTICO ASSESSORIA	

Maconha com ciência

OPINIÃO

Na terça-feira (11), a **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) pretende enfim dar início ao necessário debate sobre a regulamentação do uso da maconha para fins medicinais no Brasil.

Os diretores da agência reguladora discutirão a possibilidade de submeter a consulta pública duas propostas de resolução: uma referente ao plantio de cânabis para pesquisa e produção de medicamentos; outra com regras para o registro e o controle desses produtos.

Não são poucas as razões para que o país avance nessa discussão e passe a contemplar tais possibilidades, a exemplo de nações como Canadá, Israel, Peru, Argentina, Chile e Reino Unido, além de mais de 30 estados americanos.

As pesquisas sobre os efeitos terapêuticos da maconha e de seus derivados têm se desenvolvido a passos largos nas últimas décadas.

Hoje, eles são utilizados com sucesso no tratamento de epilepsia refratária, dores crônicas ou neuropáticas, doença de Parkinson, glaucoma e esclerose múltipla, além de reduzirem os efeitos colaterais decorrentes dos tratamentos de câncer e Aids.

Não à toa, já há alguns anos a **Anvisa** permite que pacientes brasileiros importem substâncias à base da erva. Desde 2015, foram dadas quase 10 mil autorizações para a compra de óleos e medicamentos

produzidos com CBD (canabidiol) e THC (delta-9-tetra-hidrocanabinol), 2 dos cerca de 80 princípios ativos da maconha.

O processo de importação, no entanto, é lento e burocrático, e os custos, muitos vezes altíssimos. Alguns tratamentos chegam a custar milhares de reais por mês, o que tem levado a ações judiciais para que planos de saúde e o SUS forneçam as substâncias.

A permissão da **Anvisa** deverá facilitar o acesso e baratear o custo desse produtos, já que eles poderão ser produzidos por aqui. Além de empresas nacionais, instituições como a USP de Ribeirão Preto, a UFRJ, a Unifesp e a Fiocruz já estudam compostos da erva com vistas a desenvolver medicamentos.

Além de beneficiar o paciente, a medida pode também inserir o país num mercado de grande potencial. Apenas nos Estados Unidos, estudos apontam que, em 2024, a maconha para fins medicinais deve movimentar US\$ 8 bilhões (cerca de R\$ 30 bilhões).

Há, por fim, um aspecto mais amplo, e talvez mais relevante, da questão. Se bem conduzido, o processo de regulamentação do uso da maconha para fins medicinais pode representar o passo inicial para a construção de uma política pública para drogas baseada no conhecimento científico.

Trata-se de caminho promissor para um debate menos contaminado por ideologia e preconceito.

Selma faz audiência pública sobre fracionamento obrigatório de medicamentos

CENÁRIO POLÍTICO



Crédito foto: Katiana Pereira

Todos terão a oportunidade de acompanhar o evento, que terá transmissão ao vivo pelo canal do YouTube da TV Senado.

Foram convidados representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Economia, **Anvisa**, Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Conselho Federal de Farmácia, ABIMIP (Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição), Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias).

ASSESSORIA

Na próxima terça-feira (11.06) acontece a audiência pública requerida pela senadora Juíza Selma (P-SL-MT) para debater o PLS 98/2017, que torna obrigatório o fracionamento de medicamentos. A audiência será na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), às 9 horas, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 6, no Senado Federal, em Brasília.

Temos muitas dúvidas ainda com relação a esse projeto, precisamos ter a certeza que o fracionamento vai gerar economia ao consumidor. A indústria farmacêutica tem que se readequar para atender as novas regras. Quem vai pagar por isso?, observa a congressista.

O objetivo principal da audiência é promover um debate para mensurar os impactos positivos ou negativos que o fracionamento de medicamentos irá trazer para a vida do consumidor. Economia, diminuição do risco de intoxicação e menos desperdício, são alguns dos benefícios apontados pelo projeto, que precisamos ter a certeza que vai chegar ao cidadão, justifica a senadora.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3, 4